

APRESENTAÇÃO

Criada em 1957, através da Lei municipal nº. 653, de 08 de agosto de 1957, sancionada pelo Prefeito Onofre Gosuen e autorizada a funcionar pelo Decreto federal nº. 43.290, datado de 28 de fevereiro de 1958, assinado pelo Presidente Juscelino Kubtscheck, a **Faculdade de Direito de Franca**¹ foi instalada oficialmente no dia 28 de março de 1958, quando foi proferida sua aula inaugural pelo Deputado Ulysses Guimarães.

Nos dois primeiros anos este instalada nas dependências da Fundação Pestalozzi. Em seu terceiro ano transferiu-se para o prédio do tradicional *Instituto de Educação Torquato Caleiro*, na rua Líbero Badaró.

Foi reconhecida pelo Decreto Federal nº. 50.126, de 26 de janeiro de 1961. Naquele ano, ao aportar em Franca, deparei com a Faculdade que se implantava. No início, afora a dedicação de seus funcionários e professores, tudo parecia – e era – um tanto improvisado. A nova escola buscava então o seu caminho. A bibliografia básica, aquela de todos os cursos de então, mesmo porque não havia essa proliferação de títulos e de autores como hoje. A biblioteca, era modesta. Seu acervo era composto por livros, em sua maioria, doados ou mesmo emprestados por seus primeiros professores e assistentes. As apostilas, mimeografadas, traziam o resumo da matéria lecionada e eram elaboradas com zelo e disponibilidade pelos veteranos, que as remetiam, via postal, aos colegas que faziam *curso vago*.

Do velho IETC mudou-se para as salas da recém- construída escola estadual *Homero Alves*, na Voluntários da Franca. Dali para as dependências do Colégio de Lourdes, que fechava suas portas.

Assim foram os primeiros tempos.

Anos mais tarde, entre 1966 e 68, Hélio Palermo, ex-aluno da 1ª turma, quando prefeito, mandou edificar o prédio onde hoje nos encontramos.

E aos poucos a Faculdade foi fazendo o seu caminho.

Alguns de seus ex-alunos começaram a ingressar na magistratura, no ministério público, nas procuradorias estaduais e municipais e também na carreira policial. Outros aventuraram-se na política, elegeram-se vereadores, prefeitos, deputados. Muitos começaram

¹ “O Estado de São Paulo contava apenas com 10 cursos jurídicos na década de 60. Era pouco para a quantidade de jovens do interior que desejavam estudar Direito”. Palermo, Alfredo, “in” Revista Jurídica “Verba Legis”, Ano, I, nº 1, p. 14/15. Franca, 2000

a advogar e foram ganhando notoriedade. Outros continuaram a desempenhar suas atividades anteriores.

Àquela época não se falava em titulação universitária – e nem a lei a exigia. O Conselho de Educação examinava o currículo do pretendente e emitia um *parecer*, credenciando-o a lecionar em cursos superiores. Também não existia um plano de carreira para o magistério. Aqui, como na maioria das faculdades, os professores eram recrutados especialmente dentre os advogados militantes. Aos poucos juízes, promotores, delegados e profissionais de outras carreiras jurídicas também foram sendo convocados.

Em todas as áreas, mas em especial na jurídica, a produção acadêmica cingia-se às universidades tradicionais.

Ao longo dos anos alguns de nossos ex-alunos passaram a produzir obras ligadas ao Direito. Por iniciativa do saudoso professor desta instituição, Carlos Alberto Bastos de Mattos, juiz de direito da vizinha comarca de Patrocínio Paulista e historiador por vocação, alguns desses livros hoje estão à mostra em vitrines alinhadas nas laterais do salão nobre. Artigos de outros foram publicados em prestigiosos periódicos do Brasil e do exterior.

Durante a gestão do Professor Wellington Tristão, foi lançada a Revista *Verba Legis*, que cujo primeiro e único número foi impresso e distribuído em 2000.

A partir de então a pesquisa científica passa a dar seus primeiros passos. A falta de titulação dos professores da casa fez com que os primeiros acadêmicos, candidatos a bolsas de iniciação junto à Fapesp, fossem buscar orientação fora dos limites territoriais da Faculdade, sobretudo com nossos colegas da Unesp, campus de Franca, para onde nós os encaminhávamos.

Aos poucos, os professores da casa, saíram em busca de sua titulação acadêmica. Hoje, em sua quase totalidade, são mestres e doutores.

Para estimular a produção científica, com a reforma regimental de 2006, foi criado o Núcleo de Informática e Pesquisas Jurídicas, do qual faz parte o Centro de Pesquisa e Iniciação Científica – **CEPIC** - que distribui bolsas-estímulo. No ano passado, em visita à nossa Instituição o Senhor Ministro da Ciência e Tecnologia, Dr. Sérgio Resende, acompanhado do Prof. Dr. Mário Zago, presidente do CNPq, participaram da proclamação e da entrega das comunicações aos candidatos à primeira seleção da bolsa de iniciação científica da Faculdade.

Hoje, cinquenta anos são passados da instalação da **Faculdade de Direito de Franca**. E a comemoração de seu cinquentenário coincide com o lançamento de sua Revista Jurídica Eletrônica.

A revista é operada pelo **SEER** (Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas) / **OJS** (Open Journal Systems), solução de código livre, desenvolvida no Canadá, para gerenciar e publicar periódicos. No Brasil tal sistema é difundido e monitorado pelo IBICT (Instituto Brasileiro de Informação Ciência e Tecnologia) - órgão do ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia - onde dois de nossos funcionários fizeram o necessário treinamento.

Na verdade, a idéia era recomeçar publicando regularmente uma revista impressa, porém inúmeras dificuldades, especialmente no tocante ao processo licitatório fizeram com que a idéia fosse sempre adiada. Até o dia em que, convidado a proferir uma palestra, o Prof. Dr. Luiz Alberto David Araújo, curioso em saber como essa Faculdade conseguia se colocar entre aquelas portadoras do Selo de Qualidade da OAB e aprovar muitos alunos nas mais diversas carreiras jurídicas, quis saber sobre a pesquisa. Ciente dos obstáculos encontrados sugeriu a elaboração de uma revista virtual, salientando, todavia, que deveria ela primar pela seriedade e pela qualidade do material a ser publicado.

Com tal propósito é lançada esta revista virtual e ele o primeiro convidado para integrar seu corpo editorial. Nela serão publicados os frutos da pesquisa acadêmica de seus alunos e professores, em particular daqueles mais envolvidos e comprometidos com a pesquisa. Mas não só. Articulistas ilustres dela também participarão. Os inúmeros convites previamente feitos serão sempre – e permanentemente - reiterados. Suas páginas/portas estarão abertas às mais diversas contribuições.

Espera-se que a comunidade jurídico-científica possa enriquecer – e enriquecer-se com – o produto de uma longa e profícua produção acadêmica divulgada pela **Revista Jurídica eletrônica da Faculdade de Direito de Franca** que ora é lançada.

Franca, 28 de março de 2008

Euclides Celso Berardo

Diretor